

Abordagem multiprofissional às gestantes dependentes químicas: um desafio para a saúde pública

Lara Passos Kayanoki¹, Alessandra Regina de Souza Santos², Ana Paula Salomon de Moraes³, Marlene Benedita dos Santos Braga⁴, Pollyana Alves Silva Braga⁵

1. Facilitadora. Enfermeira Obstetra e especialista em Saúde Coletiva. Vigilância Epidemiológica de Ithabela-SP.
2. Enfermeira. Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Droga (CAPS-AD).
3. Enfermeira especialista em Saúde da Família. Unidade Saúde da Família em Ithabela-SP.
4. Enfermeira auditor e especialista em Enfermagem do Trabalho. Secretaria Municipal de Saúde de Caraguatatuba – SP.
5. Enfermeira Obstetra e especialista em Enfermagem do Trabalho. Centro de Incentivo ao Aleitamento Materno (CIAMA) e Banco de Leite Humano de São Sebastião-SP.

Introdução

O consumo abusivo de drogas lícitas e ilícitas constitui um importante agravo de saúde pública em todo o mundo e as consequências são ainda mais nocivas, quando essa prática acontece no período gestacional, visto que muitas delas podem ser irreversíveis ao binômio mãe-feto.

Há diversas consequências danosas ao feto e a criança que estão associados ao uso abusivo de drogas na gestação, dentre as quais, aborto espontâneo, natimortalidade, prematuridade, baixo peso ao nascer e infecção neonatal¹. Além dos inúmeros problemas psíquicos e sociais e seus respectivos impactos negativos à saúde do indivíduo.

O uso de drogas na gestação e os seus desfechos adversos não devem ser analisados de maneira isolada, mas considerado como um fator operante de um complexo sistema inter-relacionado com diversos aspectos da vida da gestante².

O ciclo gravídico-puerperal já é marcado por intensas mudanças na vida da mulher e a forma como essas experiências são vivenciadas influencia de forma significativa na saúde física e emocional da mãe e no desenvolvimento infantil do bebê. Portanto, a associação do consumo abusivo de drogas e gestação, pode ser ainda mais desafiador para a mulher, criança e o seu entorno.

Nesse período, uma intervenção precoce com abordagem qualificada seria de grande importância para reduzir danos e possibilitar uma gestação saudável, no entanto, dado à complexidade do tema, verificam-se deficiências na identificação e no acolhimento dessa gestante³.

Se por um lado a atenção especializada poderia significar um adequado desfecho para mãe, bebê e família, por outro lado, temos profissionais que não se consideram capazes de lidar com toda a complexidade de ações demandadas por essa questão e temos gestantes que omitem sua condição de dependência química por medo de julgamentos preconceituosos, maus tratos ou mesmo, abordagens superficiais³.

Assim, há uma grande dificuldade dos serviços de saúde em garantir uma atenção integral e com vistas aos preceitos do SUS às gestantes e puérperas com histórico de dependência química.

A despeito dessa observação, os quatro municípios do Litoral Norte de São Paulo (Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba), possuem serviços especializados na atenção à dependência química, o que nos parece uma situação promissora para melhorar essa abordagem.

OBJETIVO GERAL

- Garantir assistência integral durante o período perinatal às mulheres com história de dependência química.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Qualificar a assistência pré-natal e puerperal às mulheres com dependência química;
- Implantar Plano Terapêutico Singular para gestantes e puérperas com histórico de dependência química;
- Garantir uma assistência multiprofissional e interdisciplinar para as gestantes usuárias de drogas;
- Desenhar um plano de intervenção em rede na assistência perinatal do Litoral Norte do Estado de São Paulo para as mulheres com histórico de dependência química.

ATIVIDADES E RESULTADOS ESPERADOS

Garantir apoio matricial das equipes do Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPS-AD), junto aos profissionais que realizam o pré-natal (médicos e enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família (ESF)) e obstetras, com estabelecimento de articulação entre as equipes, mediante

capacitação dos profissionais de ambos os níveis da assistência, no mundo real, ampliando assim o acesso das gestantes dependentes químicas aos cuidados de saúde mental.

Implantar Plano Terapêutico Singular (PTS) para requalificar o processo de cuidado às gestantes e puérperas com histórico de dependência química, interligando os diferentes dispositivos da rede nessa assistência, a fim de garantir a construção coletiva de uma proposta do tratamento, favorecer a corresponsabilização e avaliação da adesão da usuária e êxito da proposta terapêutica.

Diante do cenário pandêmico atual devido ao coronavírus, a proposta é que a gestante e/ou puérpera continue o seu atendimento com a equipe da atenção básica e que toda a construção coletiva desse cuidado, seja realizada por meio de suporte eletrônico (videoconferência, prontuários eletrônicos, grupos virtuais, dentre outras abordagens). O uso dessas ferramentas, utilizadas no contexto atual, possibilita a articulação dos serviços em questão e amplia o campo de intervenção da atenção primária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os municípios do Litoral Norte já trazem a concepção da humanização, integralidade e equidade da assistência à saúde, retratado na implantação de equipes de saúde da família e mais recentemente na abertura dos serviços de CAPS-AD. A proposta de articulação das equipes e a implantação de instrumentos de trabalho colaboram com a proposição de construção de um projeto de cuidado comum aos serviços de saúde em questão e ainda sustenta a ideia de que o cuidado à saúde deve contemplar as determinações bio-psico-sociais⁴.

O estabelecimento deste plano de ação pressupõe de uma gestão de saúde que se responsabilize com a construção de uma atenção consistentemente engajada na interdisciplinaridade e multiprofissionalidade dos seus serviços.

Diante da pandemia atual, os instrumentos e tecnologias disponíveis, colaboram para garantir uma atenção qualificada para as usuárias, sem comprometer o trabalho e responsabilização dos distintos agentes na promoção de um real cuidado à saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Portela GLC, et al . Percepção da gestante sobre o consumo de drogas ilícitas na gestação. SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.), v. 9, n. 2, p. 58-63, ago. 2013. Ribeirão Preto, Brasil. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762013000200002&lng=pt&nrm=iso; acessos em 18 agosto. 2020.
2. Ferreira BRM, Miranda JKS. As complicações causadas pelo consumo de drogas lícitas e ilícitas durante a gestação: um desafio para a equipe de enfermagem. Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem, n. 18, p. 36-43, 2016. Disponível <https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/160>. Acesso em 10 de agosto 2020.
3. Kassada Danielle Satie, Marcon Sonia Silva, Pagliarini Maria Angélica, Rossi Robson Marcelo. Prevalência do uso de drogas de abuso por gestantes. Acta paul. enferm. [Internet]. 2013; 26(5): 467-471. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002013000500010&lng=en.
<https://doi.org/10.1590/S0103-21002013000500010>. Acesso em: 16 de agosto 2020.
4. Almeida, MCP. O desafio do trabalho em equipe na atenção à Saúde da Família: construindo “novas autonomias” no trabalho. Article in Interface - Comunicação Saúde Educação, v. 2, n. 9, p. 150-153, ago., 2001. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Saúde-Pública-e-Saúde-Coletiva-3.pdf>. Acesso em: 18 agosto 2020